



## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: IDENTIFICAR PARA INTERVIR**

*\* Denise Mathias A. de Castro; Juliane Schulz Cardoso*

*\*\* Prof<sup>a</sup> Dra. Juliana Predebon*

### **RESUMO**

Este estudo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a violência doméstica contra a mulher, exercida pelo seu parceiro íntimo, buscando entender quais as possíveis causas do problema e como é possível intervir. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que teve como amostra um grupo de 4 pessoas, caracterizadas por 2 mulheres vítimas de violência e 2 profissionais de rede de apoio, e utilizou a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Os dados foram analisados de acordo com o Método Análise de Conteúdo de Bardin. Entre os resultados, pode-se observar que as questões de gênero são um dos principais fatores que retroalimentam os comportamentos agressivos, e que para que ocorram mudanças é preciso buscar uma transformação na forma de pensar da sociedade em geral, sendo esse um problema social, que vai muito além da simples busca por um culpado.

Palavras-chave: Violência doméstica. Violência contra a Mulher. Gênero.

### **INTRODUÇÃO**

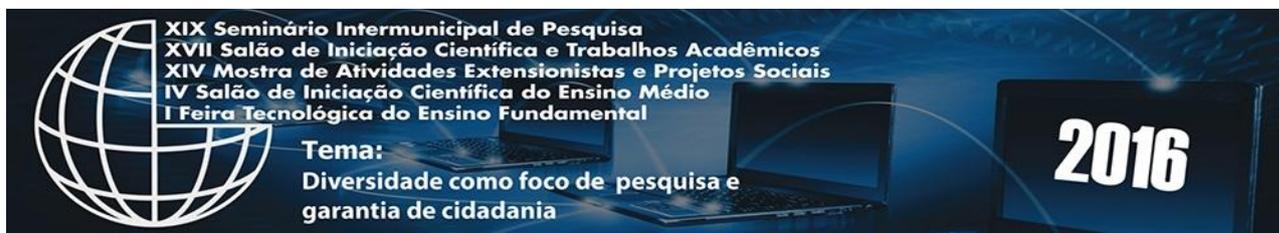
Durante a participação em um grupo de pesquisa sobre violência doméstica surgiu o interesse em aprofundar os estudos acerca do tema, tendo em vista a necessidade de um trabalho que possa intervir, atenuando o sofrimento da vítima, e auxiliando na minimização dos comportamentos agressivos.

De acordo com a literatura científica a maioria dos casos de agressão notificados ocorrem no contexto intrafamiliar, sendo caracterizadas por relações desiguais entre homens e

---

\* Acadêmicas da disciplina de Estágio Básico 2 do Curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil Campus Guaíba. Mail: juliane.schulz@hotmail.com.

\*\* Docente do Curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil Campus Guaíba e orientador deste trabalho.



mulheres, onde o agressor acaba convencendo ou forçando a vítima a se calar diante das práticas abusivas.

Entender que tipo de relações e/ou situações retroalimentam esses ciclos de violência é o que justifica a relevância dessa pesquisa. Os objetivos do presente estudo são identificar quais motivos levam o homem a agredir sua companheira, bem como investigar quais são as formas de violência mais praticadas contra a mulher, descobrir o que leva essas mulheres a permanecerem ao lado do agressor, e verificar que medidas podem ser tomadas pelos profissionais da psicologia para minimizar esse problema.

A metodologia utilizada teve caráter qualitativo e contou com a participação de 4 pessoas, escolhidas por conveniência, das quais 2 mulheres foram vítimas de violência conjugal, e 2 são profissionais da rede de apoio. As vítimas eram mulheres casadas, com idades variadas entre 30 a 50 anos, nível sócio econômico médio, nível de escolaridade superior, tendo uma delas graduação completa, e cursando sua segunda graduação, e uma com a graduação incompleta. As 2 eram mães, sendo ambas residentes da grande Porto Alegre. As profissionais fazem parte de rede de apoio às vítimas de violência, sendo uma psicóloga, e a outra responsável por um Posto de Defesa da Mulher.

Os instrumentos para a coleta de dados foram duas entrevistas semiestruturadas, contendo 10 e 5 questões abertas. O primeiro questionário foi aplicado às vítimas, e o segundo às profissionais.

Escolhida a amostra, inicialmente foi feito o contato verbal, com as duas mulheres, vítimas de violência, explicado o teor da pesquisa, e feito o convite. Na sequência ocorreu o contato com as profissionais. Diante da aceitação, um segundo contato foi feito, a fim de agendar o horário e local das entrevistas. Somente com as profissionais o agendamento foi feito no primeiro contato. As entrevistas ocorreram em uma Instituição Universitária, na residência de uma das pesquisadoras, e nos locais de trabalho das profissionais, em data e horário previamente agendado, tendo a duração de 1 hora, e de 30 minutos, respectivamente. Os questionários foram aplicados somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e foram gravadas e/ou transcritas.

Com a finalidade de proteger a identidade das participantes desse estudo, e facilitar a compreensão do leitor, foram utilizadas siglas para identificar cada uma delas. As vítimas foram chamadas V1 e V2, e as profissionais da Rede de Apoio, R1 e R2, sendo R1 a



funcionária do Posto de Defesa da Mulher, e R2, a psicóloga. Concluída a coleta dos dados, os mesmos foram analisados de acordo com o Método de Análise de Conteúdo de Bardin.

## ENTENDENDO O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA

Diante de um problema tão extenso quanto a violência doméstica, essa pesquisa enfatizará aquela cometida contra a mulher, mas, neste primeiro momento, entendemos que é preciso conceituar o fenômeno de uma forma mais abrangente. A violência intrafamiliar pode ser entendida como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família” (Day, Telles, Zoratto et. al., 2003, p. 10), e pode ser exercida por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida, dentro ou fora de casa

A Lei Maria da Penha define a violência contra a mulher, no ambiente doméstico, como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial”. (Lei 11.340/06, art. 5º *apud* Cunha, 2014, p. 166). De acordo com a Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1993 (Temas Mundiais de Saúde, 1999, *apud* Day et al, 2003, p. 15) incluem-se ainda as “ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada”. Na maioria dos casos, porém, a violência é cometida dentro da residência, pelo próprio parceiro íntimo da vítima (Côrtes, 2001 *apud* Fonseca, Ribeiro e Leal, 2012). A Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, classifica a violência contra a mulher em cinco tipos:

*A violência física* implica ferir e causar danos ao corpo e é caracterizada por tapas, empurrões, chutes, murros, perfurações, queimaduras, tiros, dentre outros, *Violência patrimonial* refere-se à destruição de bens materiais, objetos, documentos de outrem; *Violência sexual* entre outros tipos de manifestação, ocorre quando o agressor obriga a vítima, por meio de conduta que a constranja, a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada; *Violência moral* constitui qualquer conduta que caracterize calúnia, difamação ou injúria e a *Violência psicológica* ou emocional é a mais silenciosa, deixando marcas profundas, por não ter um caráter momentâneo e ter efeito cumulativo, sendo caracterizada por qualquer conduta que resulte em dano emocional como a diminuição da autoestima, coação, humilhações, imposições, jogos de poder, desvalorização, xingamentos, gritos, desprezo, desrespeito, enfim, todas as ações que caracterizem transgressão dos valores morais (Fonseca, Ribeiro e Leal, 2012, p. 308).



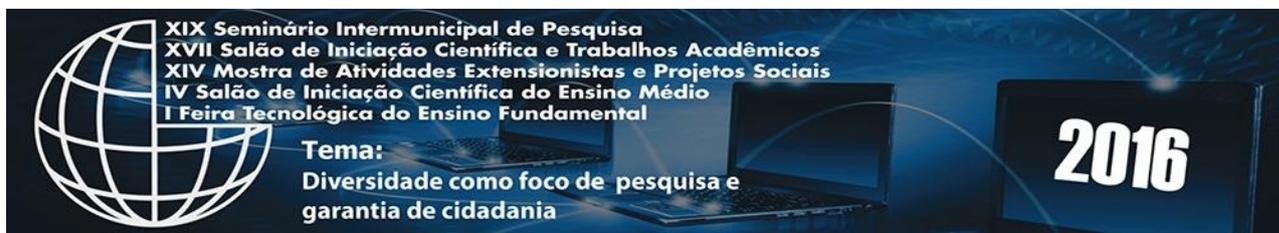
Quanto à forma mais visível de violência cometida contra a mulher, a violência física, os resultados de uma pesquisa realizada em 2001, pela Fundação Perseu Abramo, mostraram que “no Brasil mais de 2 milhões de mulheres são espancadas a cada ano, por seus maridos ou namorados, atuais e antigos” (Fundação Perseu Abramo, 2001 *apud* Fonseca, Ribeiro e Leal, 2012, p. 308) e os estudos de Nardi (2001) confirmam a prevalência do parceiro íntimo como autor das agressões.

### VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: O PREDOMÍNIO DE UMA VIOLÊNCIA SILENCIOSA

A violência psicológica é definida por Hirigoyen (2006 *apud* Colossi e Falcke, 2013, p. 311) como “uma série de atitudes e de expressões que visam a aviltar ou negar a maneira de ser de uma outra pessoa”. Segundo estudos de Griebler e Borges (2003) esse é o tipo de violência que predomina em qualquer faixa etária, seguido pela violência física. Entre os resultados de sua pesquisa, realizada com vítimas de violência doméstica, mulheres entre 15 e 40 anos relataram que a violência psicológica e a física são os tipos que mais sofrem, e de acordo com as mulheres entre 41 e 88 anos, a violência psicológica e a patrimonial são as mais frequentes.

De acordo com Fonseca, Ribeiro e Leal (2012, p. 310) “o companheiro usa esse tipo de agressão na intenção de denegrir a imagem da mulher, fazendo-a sentir-se sem valor e desprezada. É um fenômeno de enlaces psíquicos que faz com o passar do tempo que a mulher perca sua autoestima”. Dessa forma, as mulheres vitimizadas não conseguem sair da relação abusiva, e tornam-se passivas diante dos abusadores. Além disso a relação, mesmo desfeita, deixa questões inacabadas, e permanecem vínculos afetivos, permeados por mágoas, ressentimentos ou dependência psicológica, e isso muitas vezes impede ou dificulta as mulheres de perceberem uma situação de violência (Silva, Coelho e Caponi, 2007).

Percebe-se, ainda, que existe uma confusão quanto à percepção que a mulher agredida tem a respeito do agressor. Em estudos de Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) essa visão se mostrou contraditória entre as mulheres entrevistadas, variando entre termos extremos como covarde, canalha, doente à simpáticos, brincalhões, pessoas boas e alegres. Essa pode ser a explicação para o ciclo de violência perdurar por tantos anos pois “uma vez que operam entre momentos alegres e tristes, estas mulheres se mantêm alimentando a violência por estarem



sempre na espera dos momentos “gratificantes” do relacionamento, em contrapartida aos momentos de crise” (Fonseca, Ribeiro e Leal, 2012, p. 312).

Outro motivo para que as formas de violência psicológica nem sempre sejam identificadas pelas vítimas, é que essas aparecem diluídas, ou se associam a outros fenômenos emocionais agravados por situações de crise, entre as quais o uso de álcool, problemas com filhos, desemprego, morte de familiares e outros tipos de sofrimentos (Silva, Coelho e Caponi, 2007).

A vergonha é outro fator que faz com que a mulher continue vinculada a uma relação violenta. Segundo Fonseca, Ribeiro e Leal (2012, p. 311) “as vítimas relataram que muitas vezes negam a situação, encobrem, escondem, não demonstram em público, ficam reclusas, não saem de casa, limitam-se socialmente restringindo as amizades, vivendo praticamente em condições de confinamento”.

Silva, Coelho e Caponi (2007) salientam, ainda, uma importante questão, envolvendo a violência contra a mulher, que é a evolução da agressão psicológica para a física que, sabe-se, pode levar a morte da vítima. De acordo com as autoras, o agressor inicia as primeiras manifestações de violência de forma muito sutil, com pequenas proibições ou imposições, de modo a baixar sua autoestima, para então passar para as agressões verbais e finalmente passar a agredir fisicamente a companheira.

## IDEOLOGIA DE GÊNERO, EMPODERAMENTO E UMA PROPOSTA SISTÊMICA

Outro motivo pelo qual muitas mulheres ainda permanecem vivendo em uma relação abusiva é a ideologia de gênero. De acordo com Cunha (2014), a violência de gênero é um fenômeno próprio das sociedades patriarcais, a qual estabelecem uma relação de dominação-subordinação entre homens e mulheres. As mulheres acabam internalizando como algo natural a dominação masculina, e por isso não conseguem romper com esse ciclo de violência e opressão a que são submetidas (Araújo, 2008). Esse é um problema mundial e de longa data (Blay, 2003) e estudos apontam para uma sociedade machista, patriarcal, com o homem exercendo domínio sobre a mulher, como um fator determinante na perpetuação da violência contra a mulher.



Porém, nem sempre a mulher permanece nesse tipo de relação, pois homens e mulheres detêm parcelas de poder, mesmo que de forma desigual. Segundo Cunha (2014), cada um lança mão de suas próprias estratégias de poder, dominação e submissão, variando a forma como é instituído e legitimado o poder patriarcal, como também as formas de resistência que as mulheres desenvolvem nos diferentes contextos. Dessa forma, para mudar essa visão e, conseqüentemente, contribuir para que a violência de gênero cometida contra as mulheres diminua, é preciso, antes de mais nada, mudar a cultura das pessoas (Cunha, 2014).

Para que isso ocorra é necessário a criação de “políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos” visto que, apesar dos muitos avanços que já ocorreram, ainda existe uma cultura machista, e setores que retroalimentam os ciclos de violência (Blay, 2003, p. 7). Neste sentido, a intervenção do Estado nas situações de violência doméstica é extremamente necessária, sendo dever do mesmo combatê-la, pois,

“uma mulher que sofre violências sistemáticas, que se encontra em total controle do marido, que naturaliza as opressões diárias que vive, que reprime sua sexualidade, encontrará muito mais dificuldades para se enxergar como sujeito ativo capaz de modificar a realidade social, de lutar para sua libertação e empoderamento”. (Cunha, 2014, p. 158).

Dessa forma, para modificar essa cultura da subordinação de gênero é preciso uma ação conjugada, onde se estabeleça uma articulação entre os diversos ministérios, entre os quais, os da Justiça, Educação, Saúde e Planejamento, além de ser indispensável que a sociedade civil, em sua totalidade, também se envolva nessa causa (Blay, 2003).

Finalizando, Colossi e Falcke (2013) trazem uma visão um tanto inovadora para a discussão acerca da violência conjugal. Para as autoras, o que existe é uma inadequação do processo comunicacional, que culmina na violência psicológica no casal, e é necessário buscar um enfoque relacional para o problema. (Dantas-Berger e Giffin, 2005 *apud* Colossi e Falcke, 2013).

A ideia, segundo as autoras, é compreender os múltiplos papéis desempenhados por homens e mulheres nos relacionamentos, ao invés de culpabilizar as vítimas. Busca-se através de propostas terapêuticas conjugais a modificação dos padrões relacionais, a partir da compreensão e intervenção nas interações do casal, e espera-se que o comportamento violento



ceda espaço a uma nova realidade relacional e ao desenvolvimento de estratégias de resolução de conflitos mais saudáveis (Alvin e Souza, 2005b; Falcke, Oliveira, Rosa e Bentancur, 2009; Dantas-Berger e Giffin, 2005 *apud* Colossi e Falcke, 2013).

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

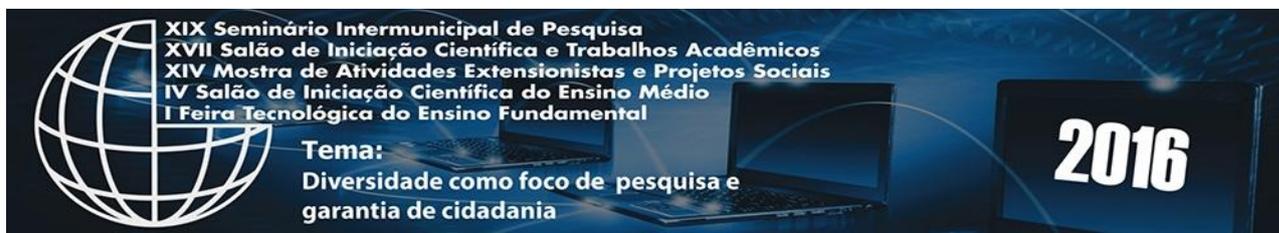
Este estudo buscou conhecer a opinião de mulheres que sofrem ou sofreram violência doméstica exercida pelo seu parceiro íntimo, bem como a opinião de profissionais que fazem parte da rede de apoio às vítimas.

Os resultados obtidos nas entrevistas foram analisados a partir de cinco grandes categorias construídas a posteriori e, tendo em vista os objetivos dessa pesquisa e devido à grande quantidade de material coletado, serão utilizados nesta discussão somente os dados das categorias e subcategorias que corresponderam diretamente aos objetivos propostos. Assim, faz-se importante salientar que o presente estudo apresenta resultados preliminares de uma grande pesquisa que continua em desenvolvimento, na qual as pesquisadoras fazem parte.

A primeira categoria de análise foi intitulada de VIOLÊNCIA e agrupou todas as verbalizações obtidas pelas participantes relacionadas a qualquer tipo de violência contra a mulher. Essa categoria de análise subdividiu-se nas seguintes subcategorias: Violência Física, Violência Psicológica, Violência Sexual, Violência Moral e Violência Patrimonial.

De acordo com Griebler e Borges (2003), o tipo de violência predominante em todas as faixas etárias é a violência psicológica, e os resultados nesta pesquisa confirmam o referido pela literatura consultada, uma vez que essa destacou-se entre os relatos. De acordo com R2 esse tipo de violência “não aparece”, e pode estar presente em situações do cotidiano, como a “pessoa ser ciumenta”, ficando “disfarçada aí a violência”.

Colossi e Falcke (2003) salientam ainda que o objetivo é humilhar e negar a maneira de ser da pessoa, e neste contexto, V1 exemplifica quando conta que o parceiro a “proibiu de dar o dízimo”, e V2 relata que o marido a diminuía constantemente. Essa última contou: “ele dizia que não tenho jeito pra dirigir, pra eu desistir... que eu não faço nada direito, deixo tudo pela metade”. E mais: “elogiava as outras pessoas na minha frente”. R2 comenta que o objetivo do homem é “transformar a mulher num nada”, levando-a a se sentir “desvalorizada, pequena, incapaz” e dessa forma “achar que não sobrevive sem ele”.

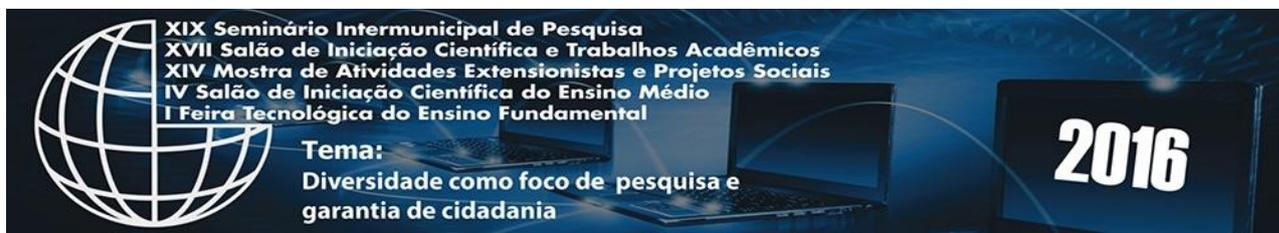


Outro resultado importante referiu-se a faixa etária das vítimas. Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) salientam que, após a violência psicológica, predominam entre as mulheres mais jovens, a violência física, e entre as mais velhas, a patrimonial. Esses resultados não se confirmaram. A violência patrimonial apareceu com maior frequência nos relatos de V1, na faixa dos 30 anos, que contou que durante as brigas, era comum o companheiro “quebrar as coisas dentro de casa”, “quebrar o carro”, sendo que “o carro era a parte pior”, conforme disse. Falou ainda: “Ele pegou uma vez a minha bíblia e jogou na lata do lixo”. V2, na faixa dos 50 anos, identificou a violência moral como sendo o pior do seu ponto de vista. Segundo ela “vagabunda é a palavra que ele mais usava”. Contou também: “ele se queixou demais de mim pra mãe dele. Eu acabava ficando como a pessoa ruim da história”. Ambas as mulheres entrevistadas relatam, ainda, a ocorrência de violência sexual, porém essa é bem menos frequente. V1 conta ter sofrido uma “tentativa de um estupro”, e V2 que, devido às insistências do marido em ter relações, mesmo ela não querendo, “bebia pra conseguir”.

Além da faixa etária, a literatura científica também destacou a questão de evolução da violência de acordo com níveis de maior gravidade. Silva, Coelho e Caponi (2007) apontam que a evolução da violência psicológica para a física é bastante comum. Falam sobre como as manifestações são sutis no princípio, com pequenas proibições ou imposições, passando para as agressões verbais, e finalmente, passando a agredir suas companheiras.

Os resultados desse estudo confirmam esse raciocínio apresentado pelas autoras. R2, que trabalhou com grupos de mulheres que sofrem violência, exemplifica bem esse tipo de situação. Ela disse: “Começa assim: Ai querida, tu não acha que essa tua saia tá muito curta? Ai, agora eu acho que tu tem namorado. Isso não fica legal... eu te quero bonita só pra mim... E aquelas tuas amigas? Tu não vai mais sair com elas né? Agora tu tem namorado né? Né meu amor? Ai, eu morro de ciúmes... Tá, e a tua família? E daí o parceiro vai avançando na liberdade... No domínio”. Segundo ela “um dos primeiros objetivos é isolar essa mulher, justamente pra ela não conversar com as pessoas que fossem quebrar aquela hipnose”. R1 salienta: “Ele não dormiu bonzinho e acordou batendo”.

A segunda categoria de análise foi chamada de MOTIVOS e agrupou todas as verbalizações relacionadas aos motivos que levam o companheiro a agredir, tais como a questões de gênero e de poder, repetição de padrões familiares agressivos, fatores culturais, sociais e pessoais.



Para Blay (2003) a violência de gênero é um problema de longa data, onde as condições sócio culturais se constituem em um fator determinante, que alimenta a violência doméstica, em pleno século XXI. Os resultados encontrados nesse estudo confirmaram esse aspecto referido pela literatura uma vez que, na visão das profissionais da Rede de Apoio, esta é uma realidade muito presente em nossa cultura. Como disse R2: “a gente poderia desenhar uma pirâmide... aqui estão os micromachismos, que todas as famílias ainda tem, que são as questões de gênero, afeta toda a base praticamente”. E completa: “quando a gente fala em micromachismo nós estamos falando das nossas famílias... Enraizado na cultura... micromachismos do nosso funcionamento da cultura... é milenar”. Esse é um fator cultural, “que valida o poder masculino”, “do homem sobre a mulher”, que é a “cultura sexista” como define. Sobre isso, R1 alerta: “É só com ela que ele faz. Não bate no policial que vai atender o chamado. Só batem na esposa”. V2, casada há quase 30 anos, contou: “há 10 anos atrás eu já comecei a rejeitar ele. E ele nunca aceitou. Então, eu acabava cedendo... nos últimos tempos já, eu dormia vestida, e mesmo assim ele tentava”. Na opinião dela, o companheiro tem por ela apenas “um sentimento de posse”.

Nesse sentido, é importante destacar a presença de histórias de violência no seio das famílias de origem, situações essas que se mostraram muito presentes ao longo das entrevistas com as vítimas. Tanto V1, quanto o marido, tem histórico de violência familiar, desde a infância. Sobre o marido, ela conta que “quem batia nele era a mãe”, que “foi criado solto” e que “apanhou muito na rua... e pra se defender tinha que bater”. E sobre sua própria família contou que “meu pai que era assim... enlouquecia” e que ficou a “vida inteira passando por esses momentos”. V2 não relatou situações de violência em sua própria família, mas sobre o marido contou que “a mãe dele sofreu esse tipo de violência”, e que ele mesmo “não foi cuidado pela mãe”, que “foi rejeitado na barriga da mãe”.

Silva, Coelho e Caponi (2007) dizem que as formas de violência psicológica podem não ser reconhecidas como tal, por estarem associadas a situações de crise, ou ao uso de álcool e drogas. Esse dado é confirmado através do relato de R2 em relação a essas crises, ao que denominou de “fator social”, e que de acordo com ela também teve influência na violência, porque quanto “mais estressado, mais agressivo”, já que pessoas “preocupadas com dinheiro... ou deprimidas... o seu melhor não vem à tona”. Esse fator, segundo ela, não é o mais importante. A seu ver, mesmo considerando que esse fator social “se aplica a todos nós”,



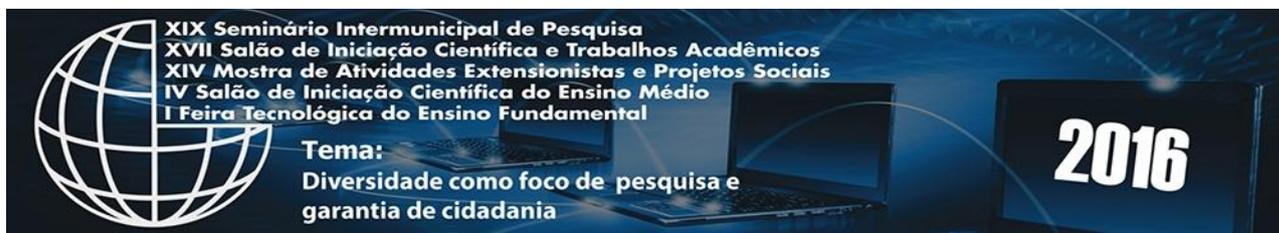
“nem todo mundo tá exercendo violência conjugal”, uma vez que todos nós temos um “fator pessoal”, que vem da nossa vivência, ou das “experiências da criança na resolução de conflitos”.

Apesar disso, algumas mulheres ainda veem essas situações como motivadoras das agressões, confirmando a teoria, como relatou V1, sobre a relação das agressões com os momentos de crise vivenciados pelo marido: “tinha situações... ele ficou bem abalado com aquilo... ele meio que se descontrolou um pouco”, e “quando muito estressado... tem que ter um escape”. R1 cita o uso de álcool e drogas como um motivo de violência, em concordância com o que defendem as autoras.

A terceira categoria de análise foi intitulada de PERMANÊNCIA e reuniu todas as verbalizações das participantes relacionadas à permanência da mulher na relação violenta. Dentre os principais resultados pode-se citar: dificuldade de percepção da vítima acerca dos padrões agressivos, que ocorrem desde o namoro, sentimentos da vítima diante da violência e a esperança que a violência acabe.

Silva, Coelho e Caponi (2007) apontam as questões inacabadas da relação, e os vínculos afetivos que permanecem, entre os quais a dependência psicológica, como fatores que dificultam que a vítima identifique a violência, e dessa forma acabe permanecendo na relação. Neste sentido, R1 cita a “dependência afetiva” como motivadora para a permanência das vítimas, R2 enfatiza o fato de que, na maioria das vezes, as mulheres permanecem porque “gostam do parceiro”, uma vez que “ninguém é violento o tempo todo” e V1 disse, quando questionada sobre os motivos de continuar com o parceiro: “ele pediu que nunca desistisse dele”. Todos esses resultados confirmam a literatura.

As autoras Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) falam que as mulheres têm uma visão contraditória em relação aos seus parceiros, atribuindo a essa “confusão” perceptiva, a duração, por anos, dos ciclos de violência. Segundo elas, as mulheres acabam alimentando a violência, por estarem sempre esperando os momentos gratificantes do relacionamento. Os dados encontrados confirmam a literatura, uma vez que R2 explica que o que as mulheres realmente querem é “que pare a violência”, e que elas permanecem no relacionamento “achando que o homem vai se tranquilizar”. V1 atribuiu também outro significado para essa crença na continuidade da relação, que não havia aparecido na literatura, relacionada à sua



espiritualidade. Ela contou que sua permanência ao lado do marido aconteceu por sempre acreditar que “Deus tinha algo maior”, “que ia mudar”.

Citando Monteiro e Souza (2007), as autoras citadas falam, ainda, sobre os enlaces psíquicos que levam a vítima a perder, com o tempo, sua autoestima, sentindo-se sem valor e desprezada. Essa seria a intenção do homem quando exerce esse tipo de agressão. Os resultados encontrados nesse estudo confirmam esse dado da literatura. Na opinião de R1, um dos motivos que levam a mulher a permanecer com o companheiro que a agride é sua “baixa autoestima”. V2, sobre isso, falou: “É como se eu não tivesse o meu pensamento, como se eu não pudesse decidir as coisas que faço ou não faço”. R2 vai além, dizendo que a mulher que vive essa “desvalorização psicológica” passa a “achar que ninguém vai querer” e que terá que viver “sozinha o resto da vida, ou ficar com ele”.

Para Araújo (2008) as mulheres internalizam como algo natural a dominação masculina e dessa forma não conseguem romper com o ciclo de violência. Confirmando, R2 falou que a mulher começa a se sentir “desvalorizada, pequena, incapaz”, e que elas “assumem depressivamente toda aquela crítica”.

R2 salientou que a mulher que “não sofreu violência na família de origem, consegue identificar”, mas as que vivenciaram essas situações agressivas “tão familiarizadas com esse funcionamento”, “senão já teriam percebido no início do namoro que tem excesso de poder, tá desequilibrado”. E acrescentou “os sinais já estavam todos lá”. A existência desses padrões agressivos ainda durante o namoro foi evidenciada no relato de V1, que disse: “Eu lembro quando começou isso, bem lá atrás... a primeira vez que deu o stress assim... quando a gente acabou terminando o noivado” e complementou: “fez eu lembrar muito meu pai... Nenhum dos dois sabiam me cuidar”. Para V2, os sinais no período de namoro eram ainda mais claros. Sobre isso ela contou: “Ele tratava era de me esculachar. Me chamava de gorda”. Apesar disso, reconhece que teve dificuldades em identificar a presença de violência na relação. Explicou: “A gente não percebe e vai deixando pra lá”. Sobre isso R1 alertou que “é preciso estar atento aos sinais”.

V1 se refere à sua vida como uma “tortura psicológica”, dizendo que se sentia “muito abalada, muito ferida”. Sobre a vida a dois V2 comentou: “Eu nunca tive intimidade com ele, durante esses anos todos. Nunca tive liberdade de abrir o coração. Ele nunca me perguntou tu tá bem? Tá feliz?”. E quanto aos próprios sentimentos, ela disse: “Eu me sinto às vezes, meio



perdida... arrasada... tenho medo”. E confessa: “O que eu gostaria que ele fizesse, era sair de casa... eu não me encaro como uma mulher casada”. Apesar disso, permanece vivendo com ele.

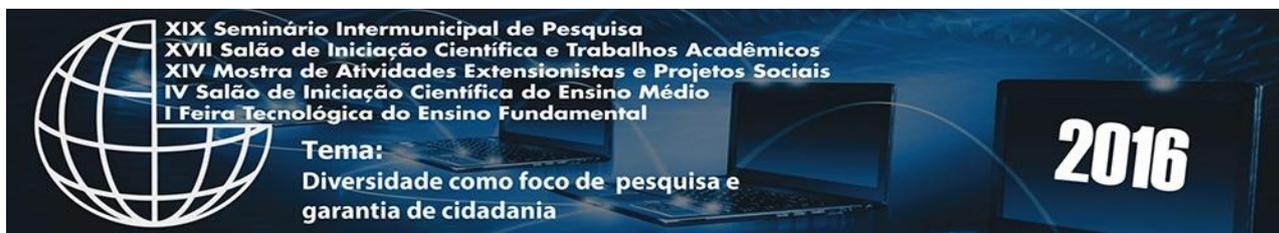
A quarta categoria de análise foi denominada de REDE DE APOIO e agrupou todas as verbalizações relacionadas a rede de apoio às vítimas de violência. Os resultados principais referiram-se aos pedidos por ajuda, Boletim de Ocorrência, deficiências na Rede de Apoio, dificuldade de acesso à Rede de Apoio, e ajuda da Psicologia.

Com relação a rede de apoio, Blay (2003) aponta para a necessidade de criação de políticas públicas transversais, que atuem mudando a discriminação e a incompreensão quanto aos Direitos das Mulheres serem Direitos Humanos, uma vez que ainda vivemos em uma cultura machista e com setores que retroalimentam os ciclos de violência. Os resultados encontrados nesse estudo confirmam esse dado, uma vez que foi evidente no relato das entrevistadas a ineficiência nas Redes de Apoio e as dificuldades para que essas operem.

Um dos grandes problemas encontrados é a forma como as mulheres são recebidas, quando criam coragem de registrar a violência sofrida. R1 contou que o município em que atua não conta com uma DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher), mas sim um Posto da Mulher, que opera dentro da Delegacia de Polícia. Dessa forma “quem recebe a vítima é o pessoal do plantão”, composto por “somente plantonistas homens”. Ela explicou: “Quando vem registrar, não falo direto com elas”.

Esse, porém, não é o único obstáculo encontrado. De acordo com R2, a mulher quando procura ajuda, “tá dizendo eu gostaria que ele parasse de me bater”. Não está dizendo “eu quero me separar”. Segundo ela, os “profissionais confundem isso”, “e começam a exigir que ela se separe”. E porque “sente vergonha... não volta mais no serviço”. Essa visão equivocada pode ser observada no relato de R1, quando questionada sobre os motivos que levam a mulher a pedir ajuda: “Muitas vêm para dar susto”, e complementa: “quem trabalha com violência, sabe que usam tudo: a polícia, o judiciário, ministério público, para depois saírem de mãos dadas com ele”. Quanto à estrutura e capacitação, R1 contou que são oferecidas regularmente “capacitações para o trabalho, considerando o ideal”, mas completou: “aqui é inviável, não tem estrutura”.

R2 aponta também algumas dificuldades para que a Rede de Apoio atue de modo eficiente: “uma coisa que caracteriza a violência conjugal, por gênero, é que eles ofendem e



desvalorizam só a esposa. E isso confunde todo mundo”. Isso afeta a credibilidade dela, que se vê sem ter a quem recorrer. V2 contou ter, em mais de uma ocasião, vivenciado essa situação. Sobre uma delas, contou: “Pedi ajuda pra ela uma vez... Ai ela disse: Não posso fazer nada porque não posso interferir”. Em outra: “Busquei ajuda, e não tive”.

A quinta e última categoria de análise foi chamada de MUDANÇAS e agrupou todas as verbalizações relacionadas aos novos padrões de convivência adotados pelos casais. Entre os principais resultados encontram-se: as mudanças nos padrões agressivos, as formas de reação diante da existência de conflitos, além da resolução destes conflitos.

Colossi e Falcke (2013) falam de uma vertente que busca compreender os múltiplos papéis que homens e mulheres desempenham em seus relacionamentos ao invés de culpabilizar as vítimas. De acordo com elas, o que se espera é que o comportamento violento ceda espaço a uma nova realidade relacional, e ao desenvolvimento de estratégias de resolução de conflitos. Confirmando essa perspectiva, R2 salienta a sua forma de se referir a esses homens: “Não tô chamando de homens violentos. Homens que exercem violência. Porque senão está definindo que eles não têm como mudar”. Para ela, chamar um homem de violento é dar um diagnóstico a ele, isto é, a violência faz parte de quem ele é. E esse não é o caso de homens que exercem violência por questões de gênero, pois “aquilo que tu exerce, tu pode exercer diferente”. Assim, “em primeiro lugar um profissional que fosse trabalhar com essas pessoas teria que poder diferenciar”.

Em última análise, através desse estudo, foi possível confirmar que é possível que novos padrões relacionais sejam desenvolvidos, desde que haja esforços conjuntos, entre o casal. R2 explica que “quando tem conflito, não precisa haver violência, ou seja, ambos tanto o homem quanto a mulher podem expressar suas opiniões”. E esclarece que “isso é uma das coisas que se orienta quando a gente decide se vai ser terapia de casal, ou se vai ser terapia individual”. V1, que já tem alcançado alguns progressos na modificação desses padrões de violência, conta como novas atitudes, que ambos passaram a exercer, modificaram significativamente a resolução de conflitos, entre o casal: “tenho que ter sabedoria, na hora eu não posso falar”, “mas aí eu ficando quieta, em silêncio, esperando ele se acalmar, aí eu posso falar, independente do que seja” e “hoje se eu pedir assim, depois a gente conversa, quando vejo que eu vou perder a minha calma... ele já sabe me respeitar”. Continua, “Deus trabalhou



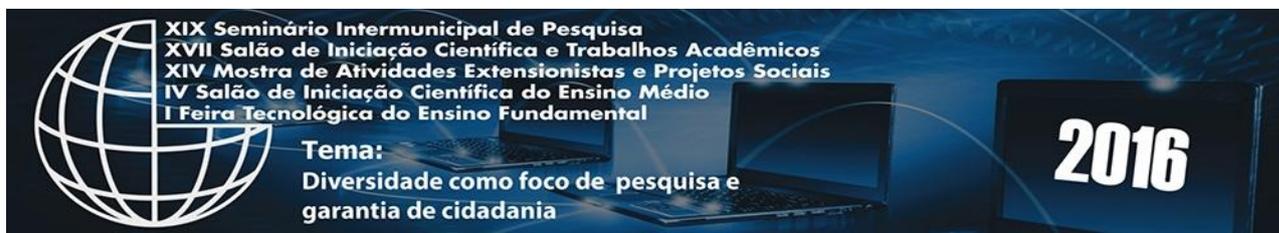
muito no coração dele” e “ele falou que ele se deu conta daquilo que ele fez... que ele tinha que mudar”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo evidenciou resultados que puderam identificar os principais motivos que levam o homem a agredir sua companheira, entre os quais podemos citar o uso de substâncias psicoativas, as situações sociais, culturais e pessoais envolvidas, as questões de gênero e poder, e a repetição dos padrões familiares de violência. Embora presentes, os fatores sociais, geradores de estresse e o uso de álcool e drogas não se mostraram determinantes para as situações de violência contra a mulher. Os resultados identificaram as questões pessoais, relacionadas às vivências da infância e ao seu aprendizado quanto às questões de gênero, absorvidas no seio familiar, como os principais geradores de violência conjugal. De acordo com os resultados, a repetição dos padrões agressivos, tanto do homem que exerce violência contra a sua companheira, quanto da própria mulher vítima de violência, são os principais responsáveis por alimentar esses ciclos agressivos.

Além disso, ilustrou quais são as formas de violência mais praticadas contra a mulher. De acordo com o estudo, a Violência Psicológica é a que apresenta maior incidência, sendo um tipo de violência de difícil identificação, demonstrando ter consequências devastadoras na autoestima das vítimas. A seguir destacaram-se a Violência Moral e a Violência Patrimonial, embora a Violência Física e a Violência Sexual também tenham sido mencionadas nos resultados, mas com frequência menor.

Outra questão importante foi destacar o que leva essas mulheres a permanecerem ao lado do agressor. A baixa da autoestima tem um papel importante neste contexto, uma vez que a mulher que é constantemente agredida pelo seu companheiro acaba se sentindo diminuída, e sem condições de reagir e sair dessa relação abusiva, passando, principalmente, a apresentar uma dependência psicológica em relação ao seu companheiro. Os dados mostraram que as mulheres, em geral, não conseguem nem mesmo perceber que são vítimas de violência, e quando percebem, já foram tão maltratadas e humilhadas, reduzidas a tão pouco, que não conseguem mais ver a possibilidade de viver longe dos seus parceiros, ou foram isoladas por



eles por tanto tempo, ao ponto de não mais se relacionarem com as pessoas que poderiam alertá-las sobre a situação em que vivem, ou ajudá-las a recomeçar a vida sem eles. Além disso, ficou evidente o fato de que algumas delas ainda gostam dos seus companheiros, e não desejam a separação. Isso dificulta muito a intervenção das Redes de Apoio, pois, além de as vítimas demorarem a pedir ajuda, os profissionais em geral confundem a intenção delas quando finalmente procuram, passando a exigir que elas se separem, acabando por afastá-las do serviço. Por fim, muitas permanecem com os maridos, porque continuam a nutrir a esperança de que a violência acabe, cedendo espaço para novos padrões de convivência.

E como resultado a ser desenvolvido, essa pesquisa destacou algumas medidas que podem ser tomadas, pelos profissionais da psicologia a fim de minimizar esse problema, como por exemplo, a prestação de auxílio à mulher, para que ela busque melhorar a sua autoestima, e passe a se ver como uma pessoa de direito, ou assumindo o papel de articulador entre o casal, nas demandas para a resolução dos conflitos, através de psicoterapia individual ou de casal. Outra medida possível é o desenvolvimento de ações que visem o esclarecimento de profissionais que trabalham com a violência conjugal, de que não se trata de buscar culpados, mas de enxergar pessoas que vivem em uma relação adoecida, e que ambos, tanto a mulher quanto o homem, são vítimas de uma cultura que retroalimenta a violência, e precisam de ajuda para resolver as suas dificuldades de convivência.

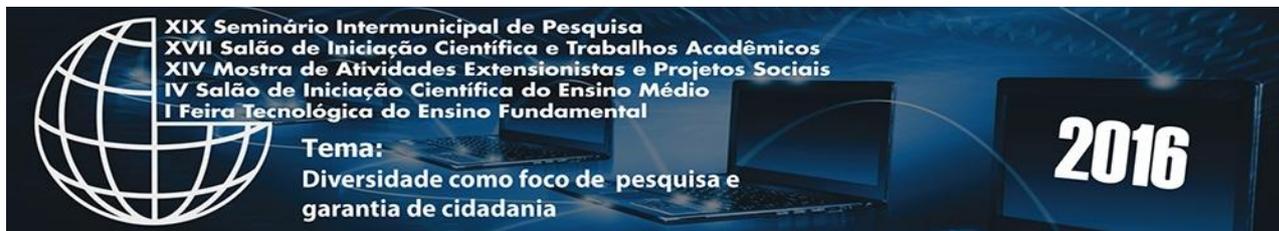
Diante do exposto, ainda há muito a se aprender sobre a violência conjugal, a fim de buscar a melhor compreensão dessa problemática, e a elaboração de medidas para melhor intervir nos casos de violência, e novos estudos devem ser desenvolvidos sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 14, out. 2008. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012). Acesso em: 31 ago. 2015, 11:33:38.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, Dec. 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006). Acesso em: 11:33:52.

COLOSSI, Patrícia Manosso; FALCKE, Denise. Gritos do Silêncio: a Violência Psicológica no Casal. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS. V. 44, n. 3, PP 310-318, jul./set. 2013.



CUNHA, Bárbara Madruga da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. **Anais XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 1, n. 5, p. 149-170, 2014. Disponível em <http://www.direito.ufpr.br/porta1/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015, 11:33:01.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 9-21, Apr. 2003.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314, Aug. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200008). Acesso em: 31 ago. 2015, 11:33:13.

GRIEBLER, Charlize Naiana; BORGES, Jeane Lessinger. Violência Contra a Mulher: Perfil dos Envolvidos em Boletins de Ocorrência da Lei Maria da Penha. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 44, n. 2, PP. 215-225, abr./jun. 2013.

NARDI, Suzana Catanio dos Santos. Violência por parceiro íntimo. **Publicações IPSI**. Novo Hamburgo/RS, v. 5, n. 5, p. 35-43, ago. 2011.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, Apr. 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832007000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832007000100009&script=sci_arttext). Acesso em: 07 set. 2015, 21:23:02.